

## Ata da Reunião do CLASSC

### Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, reuniu o CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém, pelas dez horas e trinta minutos (respeitando o período regulamentar de tolerância de trinta minutos), no Auditório Municipal António Chaínho, em Santiago do Cacém. -----

A sessão foi presidida pela Presidente do CLASSC, Margarida Santos, tendo por base a seguinte ordem de trabalhos: -----

**Ponto 1** - Eleição do Núcleo Executivo; -----

**Ponto 2** - Aprovação dos pareceres do Núcleo Executivo às candidaturas “PARES 3.0”, apresentadas pela Casa do Povo do Cercal do Alentejo, Casa do Povo de Abela e pela Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém; ----

**Ponto 3** - Apresentação dos resultados referentes ao 1º semestre de execução do projeto CLDS-4G – Santiago do Cacém – Seniores 65+, Município com Vida; -----

**Ponto 4** - Informações; -----

Estiveram presentes as seguintes entidades parceiras: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, ADL – Associação de Desenvolvimento Local, IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, ULSLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, Casa do Povo de S. Domingos, Associação Intervir.Com, Junta de Freguesia de Santo André, União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e S. Bartolomeu da Serra, Centro Paroquial Santa Maria, Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, Casa do Povo de Alvalade Sado, Casa do Povo do Cercal do Alentejo, Casa do Povo de Abela, Associação dos Bombeiros Voluntários de VNISA, Conferência Vicentina, Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal.-----

A reunião teve início com a Presidente do CLASSC , Vereadora Margarida Santos, a dar as boas vindas e a agradecer a presença de todos na mesma. Apesar das contingências pandémicas, sentiu-se a necessidade de retomar os trabalhos presenciais, considerando que o auditório reúne todas as condições para esse fim. Seguidamente, apresentou o Dr. Luís Marvão em representação da Dra. Luísa Malhó, Diretora do Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal e a Dra. Filomena Martins, Técnica da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, responsável pelo Núcleo Executivo. -----

**Ponto 1** - Dando cumprimento à ordem de trabalhos, referiu a Sra. Presidente do CLASSC, que o Núcleo Executivo já deveria ter sido eleito há mais tempo, tendo ocorrido o contratempo da pandemia, pelo que se sentiu a importância de dar resposta neste contexto. Perante a proposta de recondução do Núcleo, contactaram-se as entidades que já o integravam, nomeadamente, ADL, ULSLA, IEFP, Intervir.Com , Casa do Povo de São Domingos e a Segurança Social, questionando-se as entidades sobre a sua recondução e todas manifestaram disponibilidade. Contudo, algumas alteraram alguns dos representantes. A composição do Núcleo Executivo ficará a seguinte: Cláudia Silva - ADL; Filipa Santos - ULSLA; Luís Raposo - IEFP, Maria Delgado - Casa Povo de S. Domingos; Rita Figueirinhas - Associação Intervir.Com; Luís Marvão Segurança Social e Filomena Martins - Município. Propôs-se que o presente mandato seja para o biénio 2021/2022. Esclareceu-se também que três destas entidades são de caráter obrigatório: Município, Segurança social e uma instituição sem fins lucrativos. -----  
Submetida a proposta a votação , foi aprovada por unanimidade.

**Ponto 2** – A Dra. Filomena Martins, em representação do Núcleo Executivo informou que o PARES 3.0 é um Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, destinado a todas as entidades do setor social e solidário (IPSS's e legalmente equiparadas), com vista a apoiar os projetos de investimento nas respostas sociais elegíveis de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (*id. e def.*), Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial e Residência Autónoma. No Município de Santiago do Cacém foram propostas por parte da Casa da Povo Abela – aumento de 15 vagas na valência ERPI já existente na freguesia;

Casa da Povo do Cercal – construção de uma ERPI para 65 vagas, na freguesia do Cercal do Alentejo; Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém – construção de uma ERPI na localidade de VNSA para 80 lugares em Apoio Domiciliário, 20 Centro de Dia e 60 lugares em ERPI. Esta entidade apresentou ainda uma segunda candidatura para aumento da capacidade, em 8 lugares da ERPI já em funcionamento “Residências do Pinhal”. -----

A Presidente do CLASSC, informou que o parecer foi emitido e remetido previamente às entidades, sendo certo que as candidaturas obedeceram a uma análise com base em critérios e que as mesmas foram objeto de pontuação com base numa grelha remetida pela Segurança Social. Em todas as candidaturas está subjacente a melhoria da capacidade de respostas em equipamentos na área do envelhecimento que, certamente, serão uma mais valia para todo o Município. Filomena Martins, apresentou o parecer do Núcleo Executivo, elaborado em reunião do dia 8 de Abril. O Núcleo Executivo avaliou as candidaturas, resultando daí uma menção qualitativa e uma menção quantitativa, relativamente a cada uma: Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém – Construção de ERPI em Vila Nova de Santo André – pontuação de 86,05 /parecer favorável; Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém – Alargamento das Residências do Pinhal – pontuação de 69,05/ parecer favorável; Casa do Povo de Abela – alargamento da ERPI – 56,85/ parecer favorável; Casa do Povo do Cercal – construção de uma ERPI – pontuação de 90,40 /parecer favorável.-----

O representante do ISS, I.P/Centro Distrital de Setúbal, Dr. Luis Marvão pediu para se acrescentar à ata a seguinte declaração de voto: A Segurança Social reitera que, independentemente da pertinência da criação de novas respostas ou novos lugares nas Respostas Sociais que a Entidade possa vir a propor, do âmbito da Segurança Social, a celebração de Acordo de Cooperação ficará condicionada à dotação orçamental anualmente aprovada, bem como às prioridades definidas, tendo por base, por um lado, a utilização eficiente dos serviços e dos equipamentos sociais, a eliminação de sobreposições e, por outro, as lacunas de atuação e assimetrias na disposição geográfica dos recursos envolvidos. -----

O Dr. Luís Marvão referiu ainda que ao Núcleo Executivo não cabe analisar a parte técnica dos projetos, mas sim fazer uma análise das

candidaturas, verificando se as mesmas correspondem aos critérios previamente definidos, como a Subsidiariedade; Concertação; Parcerias; Inovação; Divulgação; Empregabilidade e Sustentabilidade. -----

A Dra. Filomena Martins , relativamente ao primeiro critério, pertinência, refere que todas as candidaturas tiveram a pontuação máxima porque a existência de mais equipamentos e mais vagas para a população sénior, encontra-se diagnosticada, nos instrumentos de planeamento da Rede social, há mais de uma década. O Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, Jorge Nunes, partilhou com os presentes que ficou com alguma preocupação relativamente à pontuação dada à ERPI de Vila Nova de Santo André, atendendo à verba orçamentada para as candidaturas a nível nacional, tendo receio que a mesma não seja contemplada. -----

A Presidente do CLASSC, referiu que o valor global disponível para a quantidade de projetos que foram apresentados é manifestamente insuficiente. No entanto partilhou, que nem sempre a candidatura com melhor pontuação em sede de avaliação pelo CLASSC é a contemplada, e deu o exemplo das candidaturas apresentadas há anos atrás, em que foi aprovada a menos pontuada pelo CLASSC. -----

A Dra. Vera Romão, da Casa do Povo de Abela, referiu que a ERPI da Abela, atualmente, tem capacidade para trinta e dois utentes não conseguindo dar resposta a todas as inscrições, que atualmente ultrapassam a centena, sendo que, com a presente candidatura pretende-se criar mais quinze vagas, de forma a aumentar a capacidade de resposta do equipamento. -----

A Dra. Melissa Costa, da Casa do Povo Cercal do Alentejo, lembrou que a candidatura desta entidade, tem a ver com a construção de uma ERPI local, com capacidade para sessenta e cinco utentes, conseguindo-se criar vinte e oito novos postos de trabalho. A necessidade de uma ERPI naquela freguesia prende-se com o facto de muitos utentes terem que sair da mesma, uma vez que não existe esta resposta social, localmente. -----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Cercal do Alentejo, referiu que, apesar do que se pretende construir, ainda é insuficiente face às necessidades sentidas no município. Congratula-se, no entanto, pelo projeto que foi

desenvolvido pela Casa do Povo do Cercal. -----  
Todos os presentes votaram favoravelmente, o parecer emitido pelo Núcleo Executivo, que será remetido à Segurança Social, até ao dia 30 do presente mês. -----

**Ponto 3** – Refere a Presidente do CLASSC que a reprogramação da Candidatura ao CLDS-4G, foi aprovada em junho de 2020, por força da pandemia, tendo havido necessidade de se alterar as atividades e adotar outras, alternativas, para dar cumprimento à candidatura. -----

Seguidamente, a Dra. Cláudia Silva, da ADL, fez uma apresentação referente aos primeiros seis meses de execução do CLDS-4G, que tem uma duração de três anos. Os primeiros seis meses foram dedicados à preparação das ações reprogramadas por força da pandemia, sendo muito difícil a sua implementação. A ADL é a entidade coordenado do CLDS-4G e responsável por executar seis ações. A Câmara Municipal é a entidade executora e responsável por executar dez ações. -----

Feita a apresentação, a Presidente do CLASSC, informou que os destinatários deste projeto são pessoas com 65 ou mais anos, frequentadores, por exemplo, das piscinas municipais, utilizadores do cartão sénior municipal, utilizadores das Bibliotecas, entre outras. São também muito importantes todas as pessoas que são sinalizadas por viverem isoladas pela GNR. Muitas vezes, existe uma articulação direta com as instituições locais do Município, com o objetivo de cativar pessoas para a frequência das atividades existentes, promovendo a prevenção de problemas, como por exemplo, a doença mental. A Presidente do CLASSC faz um apelo aos presentes para que se divulgue o programa do CLDS-4G, se dê a conhecer as atividades que estão em desenvolvimento, de forma a abranger um número cada vez maior, de pessoas. A Câmara Municipal tem agora o apoio da Dra. Patrícia Capela, técnica a exercer recentemente funções no Município. -----

O Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, considera o CLDS-4G um projeto bastante importante, especialmente nos meios rurais, em que por vezes são identificados casos de maus tratos a idosos. -----

O Dr. Luis Marvão referiu a importância dos projetos de índole comunitária, especialmente num ano atípico como foi o ano passado, que serviu para

desocultar alguns problemas sociais. Este é um trabalho que tem que ser enaltecido, sendo muito importante o que fica dos projetos e os laços entretanto mantidos com os destinatários. -----

**Ponto 4** – O Sr. Provedor referiu que a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém tem trezentos utentes nas várias valências e também o mesmo número de trabalhadores. Em março, tiveram um caso de COVID numa trabalhadora e, ao longo do tempo, tiveram cerca de trinta trabalhadores infetados, embora no que respeita aos utentes, não tenha sido qualquer utente infetado com COVID. Isto quer dizer que os trabalhadores tiveram um cuidado extremo, congratulando-se com os seus trabalhadores, propondo uma salva de palmas dirigida aos mesmos. -----

A presidente do CLASSC, fez justiça a este elogio dirigido aos trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, enaltecendo o trabalho desenvolvido pelos mesmos, que sacrificaram até a sua vida pessoal. Durante a Pandemia, houve muitos problemas a resolver, e que o Município manteve um contacto regular, não só com as instituições como também com os utentes idosos, em que os mesmos foram contactados, no sentido de se perceber as suas necessidades. Em relação às crianças, abrangidas pelo escalão A e B, deu-se continuidade ao apoio alimentar, assim como ao acolhimento em Jardim de Infância, dos filhos dos profissionais de saúde e forças de segurança. Ao nível das IPSS, o Município também teve especial atenção, fornecendo material de proteção, como por exemplo as máscaras, álcool gel, entre outros bens, que, na altura, apresentavam um custo muito acrescido, atendendo à falta de material. Também houve uma atenção com as tarifas da água, de modo a que as famílias conseguissem manter a sua situação económica equilibrada, entre outros apoios. -----

-----

A Presidente do CLASSC antes de terminar a reunião, informa que muito em breve deverá existir a necessidade de reunir novamente, pois as instituições têm colocado algumas questões relacionadas com o agravamento dos custos associados à Pandemia, devendo-se perceber melhor os problemas neste âmbito. -----

A Dra. Graça Guerreiro, representante do Instituto de Emprego e Formação

Profissional, referiu que o serviço público de emprego, desde o início da pandemia, também teve que se adaptar, nomeadamente entrar em teletrabalho. Congratulou-se com o empenho de todos os trabalhadores do IEFP, pois permitiu dar continuidade ao trabalho e, mesmo ao nível da formação, também houve necessidade do serviço se reinventar, adquirindo até material adequado. -----

A Dra. Cláudia Silva, representante da ADL, informou que estão abertas candidaturas, até ao dia 30 de julho, para projetos de inovação social, dirigidos às instituições da economia social. -----

Luís Marvão prestou informação sobre os seguintes diplomas legais: -----

- **Lei n.º 75-B/2021 de 31 de dezembro/Orçamento de Estado para 2021**-----

No âmbito deste diploma, foi decidido prorrogar por mais seis meses os subsídios de desemprego que terminem em 2021. -----

Foi, também, criada a medida do Apoio Extraordinário Rendimento dos Trabalhadores. Abrange trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes, trabalhadores de serviço doméstico, em situação de desproteção económica causada pela pandemia. Esta medida foi objeto de regulamentação pela Portaria 19A/2021 de 25 de janeiro. -----

- **Decreto-Lei n.º 11/2021 de 8 de fevereiro - Alargamento da prestação social para a inclusão/quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 126 -A/2017, de 6 de outubro.** -----

Veio permitir a acumulação da Prestação Social para a Inclusão com o Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal Principal. -----

- **Portaria 63/2021, de 17 de março.** -----

Regulamenta a transferência das competências do SAAS- Serviço de atendimento e acompanhamento social para as autarquias. -----

- **Portaria 64/2021, de 17 de março.** -----

Regulamenta a coordenação administrativa e financeira do programa de CLDS-Contrato Local de Desenvolvimento Social pelas autarquias locais. -----

- **Portaria 65/2021, de 17 de março.** -----

Regulamenta a transferência das competências do RSI para as autarquias, passando a coordenação do NLI-Núcleo Local de Inserção a ser assumida pelo presidente da câmara ou vereador com competência delegada. -----

• **Portaria 66/2021, de 17 de março.** -----

Regulamenta a criação das cartas sociais municipais, instrumento diagnóstico e de planeamento prospetivo. -----

A Presidente do CLASSC, pretende reforçar junto da Sra. Diretora da Segurança Social, a necessidade do aumento de cobertura das respostas sociais, de modo a responder às necessidades sentidas localmente e que foram agravadas pela Pandemia. -----

Fez ainda alusão aos referidos diplomas, mencionando que o Município de Santiago do Cacém entende que não estão reunidas as condições para assumir a transferência de competências, e que foi aprovado em Assembleia não aceitar as mesmas, este ano e nestes moldes. No ano 2022, por força da lei, o Município vê-se obrigado a acolher essas competências, apesar dos constrangimentos. Segundo ainda a Presidente do CLASSC, a Segurança Social considera para o território de Santiago do Cacém, a transferência de um recurso humano o que parece, face ao número de casos, manifestamente insuficiente. A posição da CMSC é de discussão do processo, para que se perceba como vai ser o funcionamento. Este assunto deverá, oportunamente, ser melhor esclarecido por parte da CMSC. -----

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidente do CLASSC, e anexa lista de presenças. -----

A Presidente do Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém

Margarida Santos

